



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA
EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 1.10.20

(16ª Reunião)

No primeiro dia do mês de outubro do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, representando esta Egrégia Corte de Contas; o **Excelentíssimo senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros**; o Excelentíssimo senhor Desembargador Isaiás Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu; o senhor Conselheiro do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Agenor Fernandes; o senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a **senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro** a coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agevisa, a senhora Flávia Cerrano; o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO, Augusto Pellucio e; representando o Instituto Articule, a senhora Alessandra Gotti e o senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

O Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi, abriu a reunião e cumprimentando os partícipes do GAEPE fez os informes sobre o relatório técnico do TCERO o qual foi objeto de informação e que sugere em seu teor algumas atividades, dentre as quais a volta imediata as aulas presenciais; capacitação conjunta realizada pela Seduc e pelo TCERO junto aos municípios, face a ausência de contemplação de planejamentos por parte destes.

Após, passou a palavra a representante da Articule, senhora Alessandra Gotti que alerta sobre os alertas dados pelas instituições nacionais e internacionais sobre o fechamento das escolas em virtude da pandemia e que a volta às aulas poderia ser feita com um protocolo de retomada com a segurança necessária (cautela, protocolo de retomada das atividades).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

A pauta composta de quatro pontos principais, quais sejam: Estratégias de busca ativa junto aos conselhos tutelares, que envolva o Ministério Público, Tribunal de Contas e as Secretarias de Educação; Informe sobre a efetiva divulgação da disponibilização e uso dos laboratórios das instituições de ensino para os alunos; Identificação e levantamento dos alunos com maior dificuldade, seja de acesso e/ou de aprendizado, que podem ter atendimento prioritário no uso dos laboratórios das instituições de ensino; e Estratégias de comunicação mais ativas que poderão ser feitas com os sindicatos e famílias de alunos, teve seu detalhamento voltado ao monitoramento de indicadores que diz respeito às aulas; monitoramento do uso dos laboratórios que foram franqueados para utilização pelos alunos da rede pública de maneira virtual e; levantamentos estratégicos de controle de frequência e atividades a fim de conhecer o que poderá ser feito para aqueles alunos que tiverem um grau de dificuldade quando da retomada das aulas presenciais.

Foi dada a palavra ao secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu a fim de se manifestar sobre como tem agido e como está agindo para a retomada das aulas presenciais na rede pública.

O secretário de estado se manifesta sobre o orçamento acenado pela Sepog que atenderá inicialmente ao possível retorno das aulas presenciais; estoque de álcool em gel, lavatórios de mãos, saboneteiras, atas de preços para aquisições de máscaras, laboratórios de informática com rede lógica e implantação de 3.230 computadores nas escolas.

Fala ainda sobre a apresentação de proposta sanitária da Agevisa com materiais e recursos alocados para o início das atividades; em articular as interlocuções entre a Seduc, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Rondônia – UNDIME/RO e os municípios por meio da Arom a fim de efetivar as ações voltadas ao retorno das aulas presenciais; sobre os estudos para implantação da Lei que instituiu o programa estadual de transporte escolar compartilhado Ir e Vir, direcionado à transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona rural e a manutenção do ensino de forma híbrida.

A Dr^a Alessandra alerta sobre a disposição constitucional de colaboração entre Estado e municípios, tendo em vista os protocolos que são tomados baseados nos documentos da Seduc, mesmo não existindo ainda um regime nacional de educação estruturada, pois beneficiará o quanto antes os alunos envolvidos.

O senhor Vilson Sena de Macedo, presidente da Undime, também apresentou alguns dados referentes ao plano de retorno que não foi elaborado por 8 municípios, apesar dos esforços empreendidos pela Undime nas reuniões com todos os municípios de Rondônia, mesmo tendo a Undime oferecido modelos de planos de retorno, pois sua função é de orientação e não de determinação. Alerta sobre a presença na reunião, das senhoras Zenilda e Andreza e do senhor Cleuzemir.

Alerta também sobre o plano de retorno que além da aplicação do mesmo, necessário é o seu acompanhamento e implantação.

O Dr. Marcos (MPERO) manifestou preocupação com a posição de sindicatos quanto ao início das aulas apenas quando do início das vacinas; exortou o secretário da Seduc para atuar nos pontos de deficiências, sem prejuízo das ações por parte do MPERO e do TCERO; alertou sobre a necessidade do Gaepe em se posicionar quanto ao plano de retomada (início das aulas presenciais), de forma híbrida, gradual, com aulas de reforço e com medidas sanitárias; e finalizou exortando sobre o trabalho de referência do município de Espigão do Oeste quanto a boa prática dos planos de retorno a serem elaborados pelos municípios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

O Dr. Alexandre Jésus alerta que não seria apenas em 8 municípios, mas o problema é em maior número, entre eles os aspectos pedagógicos que estão aquém do desejado.

Relembrou quanto aos alertas dados pelo MP em meio de 2020 sobre os planejamentos que deveriam ter sido feitos pelos municípios.

Sensibiliza que a etapa agora é de maior seriedade em virtude do fim do ano que se aproxima tendo em vista que alguns municípios não implementaram medidas mais severas, não apenas o planejamento que já se trata de etapa vencida.

O presidente do TCERO, Conselheiro Paulo Curi Neto alerta que a ação cooperada e dialógica não interfere em medidas mais diretas que devem ser tomadas pelo TCERO e MPERO, quanto as ações que deverão ser tomadas pelos municípios.

Reafirma sobre as oficinas que serão realizadas para capacitação para confecção dos planos adequados e reunião de meios para sua implementação;

Fala da capacitação que deverá ocorrer para orientação na contratação das aquisições à luz da nova legislação.

Relembrou a Casa Civil (Ceixa - representante) para a confecção de alteração possível no decreto estadual para o retorno das aulas presenciais nas escolas privadas que tenham condições de voltar às aulas..

O Secretário municipal de educação em Porto Velho, Márcio Félix atualizou o Gaepe que o plano de retorno de forma gradual já foi elaborado e pronto para o reinício das aulas presenciais e demonstrou preocupação quanto aos demais municípios no tocante ao plano de retorno a fim de agir com uniformidade.

O senhor Augusto Pellúcio, representante de rede de escola privada, informou que no site educa Rondônia encontram-se 40 agendamentos de alunos concluintes e que poderia ser considerado amostra em medidas a serem tomadas no uso de laboratórios; manifesta também preocupação em se manter o contato com os alunos a fim de não perder os vínculos entre instituição e aluno.

Andreza Dias, Secretária municipal de Ouro Preto do Oeste, afirma que o documento está elaborado e o setor pedagógico estruturado.

Manifesta ainda que sua aflição é quanto a ausência de recursos naquilo que excede o orçamento regular nas aquisições dos materiais de EPI e que em seu município, o registro de preços se encontra atualmente em fase de implantação, mas não está efetivado.

A coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agevisa, senhora Flávia Cerrano alerta sobre a ausência de priorização quanto a educação, pois já houve determinações sobre a abertura de shoppings e outros, mas não houve autorizações condicionadas a abertura das escolas observando os protocolos de biossegurança.

Novamente, o presidente do TCERO, Paulo Curi Neto, em relação a fala da Andreza, secretária municipal de Ouro Preto do Oeste, se pronuncia alertando sobre a gravidade de não priorização de recursos na educação face o recebimento daquilo que veio oriundo do governo federal para tal finalidade, podendo, sem dúvidas, haver responsabilização dos responsáveis envolvidos.

E que a data de capacitação da gestão pública para orientar as contratações da administração pública à luz da legislação atual, feita pelo TCERO, está marcada para o dia 9 de outubro do corrente ano.

Flávia Cerrano relembra os pontos fundamentais a serem destacados com a Casa Civil.
Pontos específicos da pauta

1 – Estratégias de busca ativa junto aos conselhos tutelares, que envolva o Ministério Público, Tribunal de Contas e as Secretarias de Educação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Dr. Alexandre Jésus fala sobre a necessidade de afinar os mecanismos para que os conselhos tutelares conheçam os novos procedimentos que já estão utilizados e que sejam apresentadas as ferramentas e início dos trabalhos, sem a necessidade de voltar ao Gaepe para discussão.

O secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu manifesta-se que já há o cadastro na busca ativa da Unicef procedido pela Seduc; que a ação é contínua e será incluída no calendário escolar a partir de 2021.

A Seduc apresentou na reunião, em forma de slides, que está utilizando como estratégia na busca ativa as entrevistas nas rádios e televisões locais, visitas às residências dos alunos, carreatas com carro de som, reuniões com parceiros na busca ativa de alunos evadidos tais como as defensorias públicas, promotorias, conselhos tutelares e comércio por meio das 18 coordenadorias regionais nos 52 municípios.

2-Informe sobre a efetiva divulgação da disponibilização e uso dos laboratórios das instituições de ensino para os alunos;

O secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu informa que encaminhou as coordenadorias regionais de educação, memorando com o intuito de reforçar as orientações sobre a parceria entre a Seduc e Sinepe para o uso dos laboratórios de informática de faculdades de municípios de Rondônia e a reiteração quanto aos cadastros e agendamentos dos alunos na plataforma educa Rondônia.

3-Identificação e levantamento dos alunos com maior dificuldade, seja de acesso e/ou de aprendizado, que podem ter atendimento prioritário no uso dos laboratórios das instituições de ensino;

O secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu informa que há a utilização dos laboratórios com atenção para identificação dos estudantes dos 3ºs anos do ensino médio que não possuem internet e os que apresentam dificuldades de aprendizagem para que sejam incentivados os referidos laboratórios.

A Dr^a Alesssandra alerta que o indicador apresentado para ser elegível necessita ser priorizado e identificado pela secretaria, bem como ter dados mensuráveis devidamente lícito e facilmente demonstrado como pelo uso do CPF por exemplo.

Também destaca que todas as cautelas adotadas pela secretaria para serem implementadas a fim de mitigar as dificuldades, necessita ter clareza de como vai ocorrer (circulação de informação das cautelas adotadas, preparação das escolas, o que vai acontecer na prática) a fim de esclarecer e amainar as resistências.

O presidente do TCERO, Conselheiro Paulo Curi Neto pergunta se existe um programa específico direcionado aos alunos que estão alheios e há professores destacados para cuidar disso atualmente? O secretário de estado da educação diz que no momento não existe. O conselheiro volta a dizer que a preocupação é maior ainda com aqueles alunos que não estão realizando as atividades e que poderia ser melhor mensurado tais ações. Enaltece, ainda a ação da Seduc em relação a adesão a busca ativa e solicita pra ficar registrado esta informação mas que as informações corretas dadas a população deverão ser massificadas, observando-se o contexto, o momento, se do ponto de vista sanitário já se permite que a informação da Agevisa seja divulgada, divulgar, ainda se todas as cautelas que a Seduc predispõe para o retorno seguro, tais como EPI, salas abertas, modificações nas escolas, acolhimento a fim de constranger e reduzir a resistência motivada da parte contrária.

E da parte dos órgãos de controle a emissão de uma nota técnica com visão transversal de todos os pontos voltados às políticas públicas.

4-Estratégias de comunicação mais ativas que poderão ser feitas com os sindicatos e famílias de alunos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

O secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu afirma que os sindicatos Sintero e Sidprof estão participando da comissão de elaboração do plano de retorno às aulas com temas voltados ao término do ano letivo de 2020, plano de retorno às aulas e valorização dos profissionais da educação.

Dada a palavra ao Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo, o mesmo alega sobre as dificuldades que os pais e parentes têm no controle das atividades que os filhos/alunos necessitam realizar para cumprimento do ano letivo e que muitas vezes a escola vai ao encontro do aluno em sua própria residência, e que esse número atualmente não é muito grande, as maiores reclamações dos pais são a volta ao trabalho, dificuldade de analfabetismo dos próprios pais e muito tempo longe da escola, o que viria a prejudicar o acompanhamento dos estudos dos seus filhos. A cobrança para que os pais se dirijam as escolas para buscarem as atividades, o professor Vilson alega que em seu município o trabalho mais prático de contato é via o sistema de comunicação em rádio, sensibilizando os pais que assim o façam e evitando a evasão em níveis significativos.

Conforme a Dr^a Alessandra, a maior preocupação do Gaepe nesse tópico é que os dados sejam mensurados a fim de que a escola, por meio dos seus profissionais, chegue com mais facilidade a cada criança que tenha essa dificuldade.

Foi dada a palavra para que seja comentado sobre as iniciativas de comunicação que já estão sendo postas em prática neste período de pandemia, e o professor Vilson, trás a discussão sobre a transparência que o setor público deva apresentar a fim de que a população conheça mais as atividades que deverão ser empregadas na gestão pública. O mesmo sugere como melhor aparelhamento e instrumento, os meios digitais.

O secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, finaliza em sua fala sobre a retomada das discussões sobre as ações que deverão ser tomadas voltadas a sociedade e que haja o engajamento de todos os envolvidos, sob pena de responsabilização por parte dos órgãos fiscalizadores àqueles que não participarem do processo.

O senhor Ismar Barbosa Cruz, tem em seu pronunciamento que o encaminhamento das ações até o momento discutidas e com participação do Gaepe seja de promover e facilitar a gestão da política pública no tocante ao alcance da divulgação dos trabalhos.

O Dr. Alexandre fala sobre a audiência pública que já foi discutida e que as atividades estão sendo divulgadas, como por exemplo as lives que vêm acontecendo e a importância da audiência pública para o estabelecimento do diálogo com a população e com os profissionais da educação.

Dada a palavra ao Conselheiro Agenor Fernandes do Conselho Estadual de Educação, o mesmo fala sobre a Resolução 1261/2020-CEE-RO (que estabelece normas orientadoras aos órgãos e instituições do sistema estadual de ensino para o retorno às atividades escolares presenciais) elaborada e concluída e que deverá ser apresentada em momento oportuno sobre sua aplicabilidade.

O Presidente do TCERO Conselheiro Paulo Curi Neto fala sobre a importância da audiência pública a ser implementada, com temas voltados ao retorno das atividades presenciais, medidas que já estão sendo tomadas, planejamento que já foi elaborado, atuação de coordenação da Seduc em relação ao estado de Rondônia.

Próxima reunião voltar a debater sobre (16/10)

2) O que ficou deliberado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentarem maiores detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos, a saber:

- 1) Apresentação dos achados da auditoria conduzida pelo TCERO
- 2) Planejamento
- 3) Audiência pública conduzida pela Seduc a fim de divulgar a população sobre as atividades que estão sendo conduzidas, bem como ouvir os envolvidos na estratégia de comunicação.

Ficou marcada nova reunião para o dia 16.10.20, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fê.